

# Demarcando relações entre enunciado e enunciação a partir de diferentes leituras<sup>1</sup>

p. 14 - 22

Ana Zandwais (UFRGS)

## Resumo

Este artigo, voltado para o tratamento de questões semânticas, busca investigar concepções de enunciado e enunciação com vistas a refletir sobre os modos através dos quais estas noções têm sido apresentadas por semanticistas. Buscamos refletir também em torno das implicações destes conceitos para o tratamento de questões de sentido e de interpretação.

**Palavras-chave:** Enunciado; Enunciação; Sentido

## Abstract

This article, turned to semantics subjects, wants to investigate conceptions about utterance and uttering in order to reflect on the ways these notions have been presented by semanticists. We reflect also on the implications of these notions to the treatment of questions of sense and interpretation.

**Key-words:** Utterance; Uttering; Sense

## Introdução

Pensar sobre delimitações possíveis entre as óticas a partir das quais são produzidas concepções de enunciado e enunciação nos domínios da Ciência da Linguagem implica a necessidade de se considerar, conforme Todorov (1970)<sup>2</sup>, que as modalidades de descrição sobre o modo como a linguagem trabalha e significa são plurais e, enquanto resultados de produções teóricas, também são notadamente distintas.

Não obstante as discrepâncias entre os pressupostos que embasam as produções teóricas, é inegável, por outro lado, que as diferenças entre uma e outra teoria nos desafiam, nos incitam a retomar determinados fundamentos

epistemológicos que as alicerçam, a fim de que possamos compreender melhor os pontos de contato que as aproximam e as difrações que lhes dão sustentação.

Neste estudo, propomo-nos a refletir sobre algumas teorias enunciativas, no que tange às relações entre enunciação e enunciado com vistas a explorar modos de descrição\explicação do trabalho dos sentidos na linguagem. É este, pois, o percurso que faremos, a partir de agora, em busca de diferentes aspectos que caracterizam o funcionamento da linguagem sob a ótica enunciativa em contextos de produção e domínios de circulação distintos, considerando-se que os conceitos têm, notadamente, a sua história.

Começemos por Michel Bréal, um

<sup>1</sup> Texto apresentado em Mesa-Redonda na I Jornada Internacional Semântica e Enunciação. IEL, UNICAMP, abril de 2011.  
<sup>2</sup> Reportamo-nos ao artigo “Problèmes de l’Énonciation” publicado na Revista Langages em março de 1970. Para fins deste estudo, estamos trabalhando com a versão de 1986.

semanticista com tendências filológicas e historicistas comparatistas e que, segundo nossa ótica, merece destaque entre os grandes pensadores do sec.XIX por ter, ao revés da mentalidade de sua época, inscrito a Ciência da Linguagem nos domínios das ciências humanas, configurando o trabalho lingüístico como um trabalho essencialmente histórico, um produto das atividades languageiras, permeadas simultaneamente pelo desejo e pela razão humana.

Em um capítulo de “Ensaio de Semântica”(1992)<sup>3</sup> intitulado “O Elemento Subjetivo” Bréal caracteriza a linguagem como

um drama em que as palavras figuram como atores”, em que o “agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens” e o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. (id.,p.156)

A referência acima já nos remete para a importância atribuída ao modo como as palavras “representam” a subjetividade humana, atestando as relações indissociáveis entre razão e sentimento.

É importante salientar em relação à concepção de funcionamento da linguagem proposta por Bréal, que, mesmo não tratando diretamente dos conceitos de enunciado e enunciação, suas reflexões em torno da condição de subjetividade na linguagem, agenciada tanto pelo desejo, pela vontade do sujeito, como por formas gramaticais é que irão instigar Émile Benveniste (1987:81) a refletir, sobretudo, em torno das especificidades que caracterizam as condições de emprego das formas, que não

seriam confundidas com a própria língua. Assim, para Bréal, (id.,p.167) se a inteligência humana resolve suas dificuldades através de operações de analogia, de substituição, ampliação e de redução dos sentidos das palavras, buscando objetivar o pensamento, nenhuma forma objetivada pode, por outro lado, prescindir de empregos distintos, de “feitos próprios” que decorrem do modo como aquele que dela se apropria a subjetiva, fazendo-a significar em seu discurso.

É, pois, a partir desta mesma conduta de reflexão sobre o funcionamento da língua que Benveniste observa que as formas somente adquirem sentidos através do ato de enunciação, ato individual que caracteriza o modo como a língua é mobilizada pelo locutor e passa a significar discursivamente, já que, para Benveniste (id.,p.83) é pela enunciação que a língua converte-se em discurso.

Há que se dar destaque também ao fato de que embora Benveniste afirme estar interessado em investigar o funcionamento da enunciação, porquanto esta, segundo o autor, “afeta a língua inteira como um processo de apropriação” (id.,p.84) através do qual o falante enuncia sua posição de locutor<sup>4</sup> e constrói um universo próprio de referências que significam e o significam, ele confere ao aparelho formal, isto é, ao objeto lingüístico, notadamente, a função paradigmática de determinar os modos de subjetivação do sujeito, e, portanto, de produção de sentidos. Desde esta ótica, para Benveniste, a enunciação poderia aparelhar-se no interior de um aparelho formal, capaz de atestar o modo como se dá processo de semantização na linguagem.

É com base, sobretudo, em alguns aspectos

---

3 Lembramos que “Ensaio de Semântica” foi publicado pela primeira vez em 1897, fortalecendo os estudos dos processos semânticos de transformação das línguas e focalizando, ao mesmo tempo, as leis que regem tais processos sob um enfoque historicista-comparatista. Trabalhamos neste estudo com a versão de 1992.

4 É importante observar o destaque dado por Benveniste (1989:82) à realização vocal da língua como o modo mais perceptível e direto de observação do ato de colocar a língua em funcionamento na qualidade de ato de enunciação. Daí o destaque conferido à figura do locutor.

de sua teoria que Benveniste, segundo nossa ótica, está muito próximo de Michel Bréal(1992).

Ao caracterizar o elemento subjetivo e ao se reportar aos pronomes pessoais, identificando a primeira pessoa por oposição aos demais pronomes, Bréal (id.,p.161) confere a esta um estatuto hegemônico bastante próximo ao proposto mais tarde por Benveniste (1995), em que “o ego diz ego,” ainda que a reflexão em torno da dominância da instância de enunciação, realidade do discurso, sobre a realidade formal e abstrata da língua seja descrita por Benveniste (id., p.278) configurando a primeira pessoa como uma modalidade de locução única e irrepetível, cujo valor deve ser tomado na instância temporal em que foi proferida.

Com relação ao emprego da terceira pessoa, encontramos também uma identificação entre o modo como Bréal (1992:161) trata a terceira pessoa como a “porção objetiva da língua” que se deixa explicar por estrutura e o modo como Benveniste (1995: 282) a caracteriza como a “não-pessoa”, como membro não-marcado da correlação de pessoa que pode sempre funcionar munida de uma referência no interior da própria língua, independente da instância enunciativa em que ocorra, ficando, portanto, restrita ao nível do enunciado como fato de língua. Assim, de acordo com os dois autores tais atributos conferem à terceira pessoa um estatuto de homogeneidade e de previsibilidade, próprios do sistema da língua e fora do alcance de qualquer exercício enunciativo.

Ainda que não concordemos com Bréal ou Benveniste no que diz respeito a esta relação dicotômica que coloca em jogo a oposição entre a primeira e a terceira pessoa como índices de subjetividade\objetividade, separando o que é do

sujeito e o que é da língua, é preciso colocar em evidência o fato de que ao opor a primeira e a terceira pessoa os autores estão sinalizando não somente para uma relação opositiva entre língua, discurso, objetividade, subjetividade, mas também para uma relação bem demarcada entre enunciação e enunciado, neste caso, de tal modo que a noção de enunciado recobriria somente o que pertence à ordem das sistematicidades atestadas na língua, e, portanto, desde esta ótica, o funcionamento semântico do enunciado ficaria delimitado a um cálculo estrutural.

Nosso ponto central de discordância, entretanto, remete para o fato de que um enunciado produzido e tomado na temporalidade do acontecimento, conforme Guimarães (2002), independente do fato de que venha a ser referenciado em primeira ou terceira pessoa pode qualificar a enunciação e produzir efeitos de sentido que não se “traduzem” somente na materialidade da língua.

O contraponto a ser feito aqui remete a enunciados proferidos em terceira pessoa e propostos com base no cenário político brasileiro diante das eleições para governador no ano de 2010. Analisemos os enunciados que seguem: (1) Eles dizem que são ficha limpa mas seu passado os condena. (2) “ Quem tem paixão pelo povo”<sup>5</sup> governa de forma transparente e não se envolve em escândalos

Conforme se pode observar acima, no enunciado (1) temos um pronome em terceira pessoa que, pela inclusão de uma consoante, passa a funcionar de forma dêitica, podendo ser interpretado somente a partir dos acontecimentos de “*impeachment*”do Presidente Collor e de denúncias de corrupção de políticos brasileiros,

---

5 A expressão entre aspas acima faz referência à letra de música cantada durante a campanha eleitoral para governador no Estado de Alagoas, “Quem tem paixão pelo povo governa com o coração, governa para o povo, para os que são de pé no chão” onde a imagem de Collor é identificada a aquele que tem vínculos fortes com o povo, cujo governo é voltado para os economicamente desfavorecidos. Por outro lado, é preciso observar que este enunciado é apresentado como objeto de uma partição porque coloca em cena também a voz dos dissidentes desta campanha.

remetendo para uma associação ética entre os discursos e as práticas políticas escandalosas dos candidatos “colloridos” que retornaram à memória dos eleitores antes do processo de sufrágio de 2010 no país.

Já em (2) temos um enunciado sob a forma de construção relativa que remete para uma terceira pessoa, cujo referente está pressuposto, tornando-se, portanto, dêitico. Ou seja, para que se identifique o referente de “Quem tem paixão pelo povo governa com o coração...”<sup>6</sup> é preciso também rememorar os slogans de campanha eleitoral para governador do Estado de Alagoas em 2010 e poder, deste modo, apreender a posição-sujeito que assevera sobre as relações entre ter paixão pelo povo e administrar os bens comuns do Estado, as questões públicas que afetam a todos, a fim de dar conta dos efeitos de sentido que este enunciado produz entre os eleitores das classes populares no cenário político alagoano.

Os exemplos acima, portanto, vêm ilustrar o fato de que as fronteiras entre o que poder-se-ia designar como conteúdo proposicional de um enunciado em lógica formal<sup>7</sup> e o que extrapola as referências estritamente lingüísticas, remetendo às condições de enunciação dos enunciados, não são estáveis, e portanto não podem delimitar o que é próprio dos enunciados e o que é próprio da enunciação, nem tampouco aprisionar as condições de funcionamento da enunciação às sistematicidades da língua.

Esta proposição bem “demarcada” que se ancora em índices formais da língua e, segundo nossa ótica, própria de um olhar positivista, ou seja, de uma postura que busca a centralidade de um elemento formal a fim de examinar o funcionamento da linguagem, em termos das relações possíveis entre enunciado e enunciação,

não se constitui, entretanto, em uma herança tomada de modo exclusivo de leituras de algumas passagens de Michel Bréal ou Émile Benveniste.

Ao nos determos na produção teórica de Oswald Ducrot (1977), em que ele busca desconstruir os mitos da transparência e da objetividade da linguagem através de uma investigação sobre o modo como esta trabalha não-literalmente, o autor realiza, de modo minucioso, em primeiro lugar, uma descrição do funcionamento dos implícitos que operam no nível dos enunciados, -os pressupostos - e que podem ser obtidos através de mecanismos formais no interior da própria língua. Deste modo, segundo Ducrot, o estudo da pressuposição “toma como ponto de partida os enunciados considerados fora de qualquer contexto e atribui-lhes significação.” (id., p.124).

Entendendo, por outro lado, que o componente lingüístico não resolve as questões de ambigüidade dos sentidos e nem tangencia as questões de interpretação do dito que estão fora do alcance da língua, Ducrot passa a tratar de outra modalidade de funcionamento não-literal dos sentidos: o subentendido. Este é, por sua vez, entendido a partir “do acontecimento constituído pela enunciação, da escolha do enunciado pelo locutor em determinado momento e circunstâncias”, sendo configurado como um implícito discursivo. Deste modo, as fronteiras entre enunciado e enunciação encontram outra vez seus limites.

É importante salientar também que mesmo no reexame que o autor faz acerca do funcionamento da pressuposição e do subentendido em “O Dizer e o Dito” (1987), aproximando-os dos atos ilocutórios e perlocutórios, onde a pressuposição é comparada a um ato ilocutório que “reivindica

6 Este seria o mote principal da campanha eleitoral do candidato Fernando Collor durante o ano de 2010.

7 Cabe observar, aqui, que os estudos formalistas sobre a língua tratam do sentido a partir das relações internas entre as estruturas do enunciado, em termos de condições de verdade ou falsidade, ou de gramaticalidade\agramaticalidade.

uma eficácia própria do material utilizado na fala” (id.,p.35) e o subentendido é colocado no plano dos atos perlocutórios, ligados às condições de interpretação dos atos ilocutórios pelo interlocutor, Ducrot não consegue distanciar-se totalmente de uma ótica positivista em torno das relações entre enunciado e enunciação, mantendo, por tais razões, a necessidade de estabelecer vínculos estreitos entre as noções de pressuposição, ato ilocucional<sup>8</sup> e conteúdos formalmente apresentados na estrutura dos enunciados por um lado, e por outro, entre as noções de subentendido e ato perlocucionário, a fim de configurar modos distintos de apreensão dos efeitos de sentidos inscritos nos atos de dizer.

Em “O Dizer e o Dito”, desta forma, Ducrot (id.,p.42) traça ainda fronteiras entre o enunciado e a enunciação, com base nos vínculos que estabelece entre os atos ilocutórios, perlocutórios, a pressuposição e o subentendido, mesmo que dando destaque ao que ele designa como “ponto comum” entre a pressuposição e o subentendido. Isto é, segundo o autor (id., p.42), pode-se dar ao locutor, em ambos os casos,

a possibilidade de que ele se retire da fala” quer pela colocação das informações pressupostas à margem do dizer, quer pela representação do subentendido como “um enigma que o destinatário deve resolver.

É somente, pois, a partir de questionamentos em torno da concepção de polifonia tomada de Mikhail Bakhtin (1970) que Ducrot (1987,p.16), ao questionar a unicidade do sujeito irá reformular suas concepções de enunciado e enunciação, visando a elucidar o modo como um mesmo enunciado pode compreender um jogo de

vozes distintas em seu interior. Estas vozes que se mesclam e podem ser retomadas é que irão constituir a base para que Ducrot caracterize a enunciação como uma prática que se funda na hibridez do discurso do outro, na infiltração do discurso do outro no discurso de cada um. Enfim, em uma espécie de produção heteroglósica.

Podemos afirmar, então, a partir das considerações acima que ao definir o enunciado como “uma qualificação da enunciação” em “Esboço de Uma Teoria Polifônica da Enunciação (1987) é que Ducrot retoma os pontos de contato entre o enunciado e a enunciação, tratando de rever as relações independentes anteriormente atribuídas por ele a ambos. Esta seria, segundo nosso ponto de vista, a tentativa de ponto de fuga de um “nó cego” que passa a distanciar Ducrot de uma leitura mais centrada em aspectos formais em torno das relações entre enunciado e enunciação e que o obriga a rever o tratamento da questão do sentido.

Desconstruir, por outro lado, esta rigidez teórica enquanto expressão de uma herança formalista que tem dominado os estudos linguísticos<sup>9</sup> e que marca parte do percurso de Oswald Ducrot implica ir ao encontro de uma outra concepção de subjetividade, onde o descentramento do sujeito passa a remeter também às condições em que dizeres dispersos podem ser reunidos em um mesmo enunciado, caracterizando, em última instância, o fato de que não pode haver uma relação estanque entre enunciado e enunciação. Implica considerar, enfim, que o enunciado está sempre a mercê de condições externas que o afetam, que o

8 Cabe observar, aqui, que embora Oswald Ducrot (1987) faça críticas ao modo de descrição searleana do funcionamento dos atos ilocucionários, ele não rompe totalmente com os paradigmas formalistas que dão destaque ao conteúdo proposicional dos enunciados na teoria de Searle (1981).

9 Esta rigidez pode ser observada ao longo de algumas produções na obra de Ducrot. É importante ressaltar que em “Esboço de Uma Teoria Polifônica da Argumentação” (1987:161), mesmo assumindo a importância dos estudos polifônicos bakhtinianos para a reformulação de suas concepções de enunciado e enunciação, e, sobretudo, da própria concepção de sentido, Ducrot critica Bakhtin por não ter “aplicado sua teoria ao estudo dos enunciados que compõem o texto, afirmando também que Bakhtin não teria, em virtude disso, colocado em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado faz ouvir uma única voz”.

determinam e a partir das quais o sentido trabalha no interior da estrutura, ressignificando-a de forma permanente.

Cabe considerar que tal postura epistemológica que confere relações estreitas entre o objeto e o sujeito, diluindo este objeto através do cruzamento entre enunciação e enunciado, precisa conferir também ao objeto atributos que são próprios do sujeito, tais como a contradição e a dispersão.

Segundo nossa ótica, tais atributos não seriam prioridade de uma única teoria. Já em 1929, em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (1986: 144) está posta uma crítica às investigações de base lingüística que tratam do discurso alheio como diálogo, como discurso reportado, e que buscam caracterizar o discurso de outrem como uma questão de conteúdo, configurada por marcas estruturais, onde as fronteiras entre uma e outra enunciação podem ser identificadas graças à “integridade lingüística dos enunciados”.

Considerando, ao contrário, que não existem formas sintáticas capazes de constituir a unidade de um diálogo, Bakhtin\Volochinov (1986) observam que às formas da língua caberia “refletir tendências básicas e constantes da recepção do discurso de outrem” (id., p.146), entretanto, segundo os autores, o mecanismo desse processo se funda nas práticas observáveis na infraestrutura e até mesmo nas relações contraditórias que esta mantém com as superestruturas.

Para Bakhtin\Volochinov (id., p.147), deste modo, se “ a palavra vai à palavra” é porque a palavra do outro não somente significa para cada um, mas também porque é parte do processo através do qual os sentidos têm seu funcionamento socialmente determinado, sendo constituídos nas fronteiras e nos limiares da dispersão do sujeito

entre múltiplas vozes que podem ser identificadas nas materialidades enunciativas que caracterizam a hibridez do dizer.

O que os autores designam como polifonia, portanto, não pode ser pensado simplesmente como um fato que é próprio do enunciado, e não há mais como tratar das relações entre enunciado e enunciação de forma disjuntiva para que se possa refletir sobre o funcionamento “heteroglóssico” do enunciado em situações concretas, e, portanto, das condições de hibridez em que os sentidos trabalham.

Assim, para os autores, toda palavra em condições de emprego empíricas por uma classe ou outra é, ao mesmo tempo, historicamente determinada e multivocal. Não há a possibilidade de se pensar o funcionamento dos sentidos a partir de uma concepção de língua que comporte a fixidez das sistematicidades ou “processos gerativos internos” que garantam a autonomia das formas lingüísticas como produtos acabados.

O funcionamento do enunciado, deste modo, somente pode ser compreendido a partir do amálgama de vozes que o constituem, de um lado, e de outro, como acontecimento em termos do vir a ser, (*sobytie bytia*)<sup>10</sup> do devir, do que pode ser, conforme Tatiana Bubnova (2009).

Eis porque, conforme Bakhtin\Volochinov (1986) não se faz possível reivindicar “regras objetivas” que atestem as condições em que os enunciados são formulados ou ainda a condição de transparência da linguagem em relação ao que está implicado no ato de enunciar, senão como ficção. Pensar, pois, a questão do trabalho dos sentidos nos limites da estrutura implica pensar o modo como a linguagem trabalha para além do corpo material –a língua- que reflete e ao mesmo tempo refrata a realidade do corpo social. Eis

---

10 A expressão *sobytie bytia*, tomada da obra de Volochinov é utilizada por Bubnova, em língua Russa, para afastar uma associação reducionista entre enunciado e conteúdo (2009, p.) e pode ser entendida como o vir a ser, o devir do enunciado enquanto um acontecimento.

uma das introspecções do autores em torno do princípio marxista de que não há coincidência entre essência e aparência, e, portanto, em torno da dialética..

Queremos dar destaque também, neste percurso, a uma outra ótica, proposta por Guimarães (2002:11) que busca desfragmentar as relações entre os domínios do enunciado e da enunciação, desconstruindo, assim, o olhar positivista através do qual os estudos semânticos têm focalizado a questão.

Guimarães (1989:72) ao retomar a questão da singularidade da enunciação proposta na leitura de Foucault, que trata da enunciação como “um acontecimento que não se repete” passa a tratar desta noção a partir de condições sócio-históricas. Reportando-se à noção de história tomada dos estudos ducroteanos, onde o caráter dominante da enunciação pode ser definido pela irrepetibilidade do ato de enunciar enquanto ato temporal, o autor remete a caracterização da irrepetibilidade ao “modo de ver a história como tempo.” (id.,p.73) Não se trata mais, portanto, de associar as condições de aparecimento do enunciado a um tempo. Trata-se de repensar a própria condição do tempo e do enunciado enquanto objetos da enunciação.

Para Guimarães (2002:11) em “Enunciação e Acontecimento”<sup>11</sup>

não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.

Em relação à referência feita acima, é importante salientar que a relação do sujeito, “que é tomado na temporalidade do acontecimento,”(id.,p12) com o simbólico passa a

significar na confluência entre o que a enunciação presentifica como memorável e o que é atualizado por ela. Esta confluência é que permite produzir sentidos, não de forma linear, mas a partir do modo como o sujeito se dispersa entre o tempo do acontecimento e suas formas de representação.

Assim, se para Guimarães (id.,p14) “falar é estar na memória”, é preciso pensar também que somente pode-se estar na memória a partir de um distanciamento do vivido e, ao mesmo tempo, do ato de re-inscrevê-lo em uma atualidade ressignificando-o.

Ora, segundo nossa ótica, um dos aspectos mais importantes focalizados por Guimarães (id.,p.17), no que tange às relações entre enunciado e enunciação, consiste no modo como o autor retoma a questão da dispersão do sujeito sendo tomado no acontecimento e acaba por configurar a própria ordem de irrepetibilidade da enunciação. É esta leitura que vem ao encontro, ao mesmo tempo, das condições de funcionamento empírico da enunciação, e da instabilidade do enunciado, na proporção em que possibilita remeter o sentido às formas de divisão do sujeito, tomado no acontecimento, entre diferentes regiões do interdiscurso<sup>12</sup>

A condição do memorável, deste modo, e as formas de re-simbolização deste memorável a partir dos lugares de enunciação que o sujeito ocupa é que fazem significar o enunciado, pelo modo como o sujeito se inscreve em uma ordem simbólica, tomado pela contradição entre o já enunciado e o que pode ser enunciado,ou seja, significado como devir.

É preciso salientar, deste modo, que ao tratar do espaço da enunciação Guimarães (id.,p.23) se afasta tanto de uma concepção

11 Fazemos referência a um capítulo de “Semântica do Acontecimento”, 2002.

12 Entendemos que a noção de região do interdiscurso, remetendo à memória discursiva poderia ser melhor compreendida a partir da definição de Michel Foucault (1996:5) como “uma voz sem nome” que pode ser traduzida por suas lacunas, por seus interstícios e por suas formas de preenchimento. Esta definição é posteriormente retomada por Jean Jacques Courtine (1999) em “O Chapéu de Clementis”.

canônica de espacialidade proposta por estudos sociolinguísticos e textuais, como também da concepção ducroteana de espacialidade colocada sob a perspectiva do “poder jurídico” que está implicado no próprio proferimento dos atos ilocucionais.

Ao tratar, portanto, das formas de tomada da palavra a partir do agenciamento político, em que os lugares de enunciação são distribuídos de acordo com o modo como os sujeitos, tomados no acontecimento, se estratificam e se representam inscrevendo-se em determinados lugares sociais, Guimarães (id.,p.24) mostra, ao mesmo tempo, como o espaço da enunciação é multiplamente povoado pela língua, por lugares sociais e por posições-sujeito que o locutor ocupa a partir deste ou daquele lugar e que são determinantes para o processo de produção dos sentidos. Eis porque a enunciação não pode ser compreendida fora de suas relações com o modo como os sujeitos se dividem e se colocam como sujeitos que têm voz e representatividade no interior de um corpo social.

Deste modo, para Guimarães, não é possível pensar o espaço da enunciação como um lugar de representação descolado da emergência do acontecimento e de agenciamentos políticos, porque há sempre um espaço de identificação entre o dizer e papéis enunciativos, lugares sociais, regimes de verdade e posições que o sujeito assume em virtude dos lugares que ocupa.

A partir das reflexões acima, podemos configurar os modos como a enunciação é proposta, tomada na temporalidade, enquanto acontecimento, e como é remetida a determinados espaços (lugares sociais, posições-sujeito), por Guimarães, e que acabam por determinar, em última instância, o sentido como diferença, como um processo contínuo de inscrição e de re-inscrição do sujeito na ordem do simbólico, marcado por determinações de ordem externa.

Este processo vem explicar, segundo nossa

ótica, porque não pode haver fronteiras entre o enunciado e a enunciação. Tais fronteiras, portanto, somente podem ser entendidas como metáforas que criam procedimentos de formalização, as quais pretendem reconhecer o processo de discursividade em seu funcionamento, mas que, por outro lado, na perspectiva de constituírem simulacros sobre o real do funcionamento da linguagem constroem ficções que acabam se impondo sobre as próprias condições materiais de funcionamento do dizer, configurando, em última instância, o ordenamento do trabalho enunciativo como um mimetismo abstrato e descolado de suas reais condições de produção de sentidos.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986. Trad. Michel e Iara Frateschi Vieira.

BAKHTINE, Mikhail. **La poétique de Dostoiewski**. Paris, Ed. Seuil, 1970.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas, Ed. Pontes, 1995. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri.

\_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas, Ed. Pontes, 1989. Trad. Eduardo Guimarães et al.

BRÉAL, Michel. Ensaio de semântica. **Ciência das significações**. Campinas, Ed. Pontes, 1992. Trad. Eduardo Guimarães et al.

BUBNOVA, Tatiana. A palavra na vida e a palavra na poesia. **Bakhtin e o círculo**. BRATT, Beth (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2009, p.31-48

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clementis. **Ensaio: os múltiplos territórios da análise do discurso**. INDURSKY, F., FERREIRA, M.C.L (orgs). Porto Alegre, Ed. Sagra-Luzzatto, 1999, p.15-22.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, Ed. Pontes, 1987. Trad. Carlos Vogt et al.

\_\_\_\_\_. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Ed. Loyola, 1996. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. **História e sentido na linguagem**. GUIMARÃES, Eduardo (org.) Campinas, Ed. Pontes, 1989

\_\_\_\_\_. **História da semântica**. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, Ed. Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento**. Campinas, Ed. Pontes, 2002.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1965.

SEARLE, John. **Os actos de fala**. Coimbra, Livraria Almedina, 1981. Trad. Carlos Vogt et al.

TODOROV, Tzvetan. **Problèmes de l'enociation**. Langages, 1970.

**Artigo enviado em:** 22/02/2011

**Aceite em:** 11/06/2011